

Sumário

Apresentação à 2. ^a edição	7
Apresentação à 1. ^a edição	9

Capítulo I

Constituição, democracia e princípios constitucionais

1. Constituição	47
2. Democracia	54
3. Princípios constitucionais	56
Síntese	59

Capítulo II

Direitos e garantias humanas fundamentais

1. Conceito, importância e diferenças	61
2. Supremacia da Constituição sobre a legislação em geral	67
Síntese	71

Capítulo III

Processo penal no Estado Democrático de Direito

1. Conceito de processo penal	73
2. O processo penal democrático	73
Síntese	75

Capítulo IV

Princípios do processo penal

1. Introdução	77
2. Princípios constitucionais explícitos do processo penal	78
2.1 Concernentes ao indivíduo	78
2.1.1 Princípio da presunção de inocência	78
2.1.2 Princípio da ampla defesa	79
2.1.3 Princípio da plenitude de defesa	79
2.2 Concernentes à relação processual	81
2.2.1 Princípio da prevalência do interesse do réu (<i>favor rei, favor innocentiae, favor libertatis, in dubio pro reo</i>)	81
2.2.2 Princípio do contraditório	81
2.3 Concernentes à atuação do Estado	82
2.3.1 Princípio do juiz natural	82
2.3.2 Princípio da publicidade	83
2.3.3 Princípio da vedação das provas ilícitas	84
2.3.4 Princípio da economia processual	88
2.4 Princípio constitucional geral do processo penal: devido processo legal	88
3. Princípios constitucionais implícitos do processo penal	89
3.1 Concernente ao indivíduo	89
3.1.1 Princípio de que ninguém está obrigado a produzir prova contra si mesmo (<i>nemo tenetur se detegere</i>)	89
3.2 Concernentes à relação processual	89
3.2.1 Princípio da iniciativa das partes	89
3.2.2 Princípio do duplo grau de jurisdição	90
3.3 Concernentes à atuação do Estado	90
3.3.1 Princípio do juiz imparcial	90
3.3.2 Princípio do promotor natural e imparcial	91
3.3.3 Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação penal	92

3.3.4	Princípio da oficialidade	93
3.3.5	Princípio da intranscendência.....	94
3.3.6	Princípio da vedação da dupla punição e do duplo processo pelo mesmo fato	94
4.	Princípios do processo penal	95
4.1	Concernentes à relação processual	95
4.1.1	Princípio da busca da verdade real	95
4.1.2	Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz	98
4.1.3	Princípio da indivisibilidade da ação penal privada	99
4.1.4	Princípio da comunhão da prova	99
4.2	Concernentes à atuação do Estado	100
4.2.1	Princípio do impulso oficial.....	100
4.2.2	Princípio da persuasão racional	100
Síntese		101

Capítulo V

Sistemas de processo penal

1.	Sistema inquisitivo	103
2.	Sistema acusatório	103
3.	Sistema misto	103
4.	Opção do sistema processual brasileiro	104
Síntese		106

Capítulo VI

Fontes do processo penal e interpretação da lei processual penal

1.	Conceito de fonte	107
2.	Fontes materiais	107
3.	Fontes formais	109
4.	Interpretação da lei processual penal	110
Síntese		112

Capítulo VII
Aplicação da lei processual
penal no espaço

1. Princípio da territorialidade	113
2. Conceito de tratado e convenção	113
3. Regras de direito internacional	114
4. Exceção à regra da territorialidade	114
5. Conflito entre tratado e direito interno	115
6. Normas internacionais relativas aos direitos humanos fundamentais	117
7. Jurisdição política	118
8. Justiça Especial	119
9. Tribunal de Segurança Nacional	119
10. Lei de imprensa	120
11. Legislação especial	120
Síntese	120

Capítulo VIII
Aplicação da lei processual
penal no tempo

1. Regra geral	121
2. Normas processuais penais materiais	122
Síntese	124

Capítulo IX
Inquérito policial e outras
formas de investigação

1. Introdução	125
2. Conceito de inquérito policial	126
3. Polícia judiciária	128
4. Outras investigações criminais	128
• Ponto relevante para debate: a possibilidade do Ministério Público realizar investigação criminal.....	129

5. A classificação das infrações penais pela autoridade policial	132
6. Início do inquérito policial	133
7. Identificação da espécie de ação penal para efeito de investigação	133
8. <i>Notitia criminis</i>	134
9. <i>Delatio criminis</i>	134
10. Investigações criminais contra autoridades com prerrogativa de foro	134
11. Requisição, requerimento e representação	135
12. Negativa de cumprimento à requisição	136
13. Conteúdo da requisição, do requerimento e da representação	136
14. Recusa da autoridade policial à instauração do inquérito quando oferecido requerimento do ofendido	137
15. Procedimento da autoridade policial	138
16. Indiciamento e constrangimento ilegal	138
17. Requisição de indiciamento	139
18. Motivação do indiciamento	139
19. O indiciado como objeto da investigação	140
20. Regras do interrogatório	141
21. Identificação datiloscópica	142
22. Reconstituição do crime	143
23. Prazo para a conclusão do inquérito	144
24. Vigência da Lei 6.368/1976 (Tóxicos)	145
25. Contagem dos prazos	146
26. Cômputo do período de prisão temporária	147
27. Prisão preventiva decretada durante o inquérito policial	148
28. Instrumentos do crime e objetos de prova	148
29. Particularidades do inquérito policial	149
29.1 Inquisitivo	149
29.2 Sigiloso	149
29.3 Incomunicabilidade do indiciado	151

30. Relatório final	152
31. Indeferimento de novas diligências requeridas pelo Ministério Público	152
32. Inquérito como base da denúncia ou queixa e sua dispensabilidade	153
33. Termo circunstanciado	153
34. Curador	154
35. Arquivamento do inquérito e outras providências	155
35.1 Controle do arquivamento do inquérito policial e de peças de informação	156
35.2 Utilização do art. 28 do CPP no caso da suspensão condicional do processo	157
35.3 Requerimento de arquivamento em competência originária	158
35.4 Arquivamento de inquérito de crimes contra a economia popular ou contra a saúde pública	158
35.5 Recurso institucional contra arquivamento promovido pelo Procurador-Geral	158
35.6 Obrigatoriedade de oferecimento de razões e o denominado arquivamento implícito	159
35.7 Arquivamento indireto	159
35.8 Arquivamento requerido pelo Ministério Público Federal	160
35.9 Determinação de retorno dos autos de inquérito à polícia para novas diligências	160
36. Trancamento do inquérito policial	161
37. Prosseguimento das investigações após o encerramento do inquérito	161
Síntese	162

Capítulo X

Ação Penal

1. Fundamento constitucional	163
2. Conceito de ação penal	163
3. Espécies de ação penal	164
4. Ação penal popular	166
5. Processo, procedimento e pressupostos processuais	167

6.	Início da ação penal	167
7.	Condições genéricas da ação penal	169
7.1	Possibilidade jurídica do pedido	170
7.2	Interesse de agir	172
	• Ponto relevante para debate: a influência da prescrição virtual no interesse de agir	173
7.3	Legitimidade de parte	173
7.4	A justa causa para a ação penal	175
8.	Condições específicas da ação penal	175
9.	Representação do ofendido	176
10.	Requisição do Ministro da Justiça	180
11.	Ação penal privada e suas particularidades	181
11.1	Decadência	182
11.2	Renúncia	185
11.3	Perdão	186
11.4	Perempção	188
11.5	Ação privada subsidiária da pública	190
11.6	Espécies de ação privada	193
11.7	Sucessão e menoridade no contexto do oferecimento de queixa	193
11.8	Situação de pobreza e exercício de cidadania	195
12.	Conteúdo e formalidades da denúncia ou queixa	196
12.1	Denúncia ou queixa genérica	198
12.2	Denúncia ou queixa alternativa	199
12.3	Concisão da denúncia ou queixa	199
12.4	Retificação da denúncia ou queixa no seu recebimento	200
12.5	Rejeição da denúncia ou queixa pelo juiz e recebimento pelo tribunal	200
12.6	Recebimento ou rejeição parcial da denúncia ou queixa	201
	• Ponto relevante para debate: a fundamentação da decisão que recebe a denúncia ou a queixa	202
12.7	Poderes especiais para o ingresso de queixa	203

12.8	Exigência de prova pré-constituída para instruir a queixa	203
12.9	Aditamento da queixa pelo Ministério Público	204
12.10	Intervenção do Ministério Público na ação penal privada	205
12.11	Prazo para o oferecimento de denúncia e modo de contagem	206
13.	Reconhecimento da extinção da punibilidade	207
13.1	Morte do réu	207
13.2	Certidão de óbito falsa	208
	Síntese	209

Capítulo XI

Ação civil *ex delicto*

1.	Conceito	213
2.	Separação da jurisdição	214
3.	Sentença condenatória como título executivo	215
4.	Sentença concessiva de perdão judicial	215
5.	Decisão de extinção da punibilidade pela prescrição ou outra causa	215
6.	Revisão criminal	215
7.	Extensão do ressarcimento do dano	216
8.	Responsabilidade civil de terceiro e devido processo legal	216
9.	Excludentes de ilicitude e formação da coisa julgada no cível	218
10.	Existência de sentença absolutória penal	220
11.	Vítima pobre e legitimidade de agir do Ministério Público	221
	• Ponto relevante para debate: a eventual revogação do art. 68 do Código de Processo Penal pelo Estatuto da Advocacia	222
	Síntese	223

Capítulo XII

Jurisdição e competência

1.	Conceito de jurisdição	225
2.	Princípios regentes da jurisdição criminal	226
	• Ponto relevante para debate: sobre a indelegabilidade da jurisdição	226

3.	Conceito de competência	227
4.	Competência absoluta e competência relativa	228
5.	Quadro geral de competência	229
6.	O lugar da infração penal como regra geral para a competência do foro	230
6.1	O domicílio ou residência do réu como foro supletivo	233
6.2	A matéria como regra específica de competência	235
•	Ponto relevante para debate: o conflito de competência entre a Justiça Eleitoral e o Tribunal do Júri	237
6.3	A prerrogativa de foro como regra específica de competência	241
6.3.1	Competência originária decorrente da prerrogativa de função ou da matéria	243
6.3.2	Notas especiais em relação à competência excepcional de prerrogativa de função	248
6.3.2.1	Magistrados e membros do Ministério Público	248
•	Ponto relevante para debate: a conciliação entre o foro privilegiado decorrente da prerrogativa de função e a competência constitucional do Tribunal do Júri	248
6.3.2.2	Perpetuação da jurisdição em casos de foro privilegiado	250
6.3.2.3	Extensão do foro privilegiado às ações de improbidade administrativa	251
6.3.2.4	Exceção da verdade nos crimes contra a honra	252
•	Ponto relevante para debate: sobre a aplicação do art. 85 à hipótese da difamação	253
6.3.3	Notas especiais em relação à competência excepcional quanto à matéria	253
6.3.3.1	Pontos relevantes acerca da Justiça Militar	253
6.3.3.2	A competência especial do juiz da execução penal	254
6.4	A distribuição como alternativa à competência cumulativa supletiva ...	256
6.5	Conexão e continência como regras de alteração de competência	257
6.5.1	Conceito de conexão	258
6.5.2	Conexão material e conexão processual	261

6.5.3	Conexão e continência no contexto das infrações de menor potencial ofensivo	262
6.5.4	Espécies de conexão	262
6.5.4.1	Conexão intersubjetiva por simultaneidade	262
6.5.4.2	Conexão intersubjetiva por concurso	263
6.5.4.3	Conexão intersubjetiva por reciprocidade	263
6.5.4.4	Conexão objetiva	263
6.5.4.5	Conexão instrumental	264
6.5.5	Conceito de continência	264
6.5.5.1	Continência em razão do concurso de pessoas	265
6.5.5.2	Diferença da continência por concurso de pessoas e da conexão por concurso	265
6.5.5.3	Continência em razão do concurso formal de crimes	265
6.5.6	Diferença entre crime único, conexão e continência	266
6.6	A prevenção como critério residual de fixação de competência	266
7.	Regras para a eleição do foro prevalente	269
7.1	Competência prevalente do júri	269
7.1.1	Descoberta da conexão ou continência após a prolação da sentença de pronúncia	270
7.1.2	Conexão e continência, prerrogativa de foro e júri	270
7.2	Jurisdição da mesma categoria	271
7.3	Jurisdição de categoria diversa	272
7.3.1	Exceção à regra quando a competência for estabelecida pela Constituição	273
7.4	Jurisdição comum e especial	274
7.4.1	Força atrativa da Justiça Federal em face da Justiça Estadual	274
7.4.2	Justiça Federal e contravenção penal	274
8.	Exceções à regra da junção dos processos em caso de conexão e continência	275
8.1	Jurisdição comum e jurisdição militar	275
8.2	Justiça comum e Justiça da Infância e Juventude	276
8.3	Separação dos processos em face da superveniência de doença mental ...	276

8.4	Impossibilidade de julgamento de réu ausente	277
8.5	Separação dos processos em razão da recusa de jurados	278
9.	Separação facultativa dos processos	278
9.1	Separação facultativa em caso de tempo ou lugar diferenciado	278
9.2	Separação facultativa em virtude do excessivo número de acusados	279
9.3	Separação facultativa em face de motivo relevante	279
10.	Perpetuação da jurisdição em casos de conexão e continência	280
	• Ponto relevante para debate: a composição lógica das regras previstas nos artigos 81, 82 e 492, § 2.º, do Código de Processo Penal	280
11.	Conexão e continência no contexto das investigações policiais	282
12.	Autoridade de jurisdição prevalente	283
13.	Regras de aplicação da lei processual penal no espaço	284
13.1	Crimes a bordo de embarcações	284
13.2	Crimes a bordo de aeronaves	285
13.3	Regra residual de competência	286
Síntese		286

Capítulo XIII Incidentes processuais

1.	Introdução e conceitos	297
2.	Questões prejudiciais	298
2.1	Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar	298
2.2	Prejudiciais homogêneas e heterogêneas	298
2.3	Prejudiciais obrigatórias e facultativas	298
2.3.1	Prejudiciais obrigatórias	299
2.3.2	Prejudiciais facultativas	300
2.4	Prejudiciais devolutivas e não devolutivas	302
3.	Procedimentos incidentes	302
3.1	Exceções	302
3.1.1	Exceções de suspeição e de impedimento	303
3.1.2	Rol de causas de suspeição e de impedimento	304

3.1.3	Afirmação da suspeição ou impedimento de ofício	304
3.1.4	Procedimento para a recusa do juiz	305
3.1.5	Procedimento do juiz	307
3.1.6	Consequências da procedência da exceção	308
3.1.7	Suspeição ou impedimento em tribunal	309
3.1.8	Suspeição ou impedimento de membro do Ministério Público ...	311
3.1.9	Suspeição ou impedimento de peritos e outros auxiliares	312
3.1.10	Suspeição ou impedimento no Tribunal do Júri	313
3.1.11	Suspeição ou impedimento das autoridades policiais	314
3.1.12	Exceção de incompetência	315
3.1.13	Formalidades para a interposição da exceção de incompetência	315
3.1.14	Exceção de litispendência	317
3.1.15	Formalidades para a interposição da exceção de litispendência ..	318
3.1.16	Exceção de ilegitimidade de parte	318
3.1.17	Formalidades para a interposição da exceção de ilegitimidade de parte	319
3.1.18	Exceção de coisa julgada	319
3.1.19	Coisa julgada material e coisa julgada formal	321
3.1.20	Coisa julgada e coisa soberanamente julgada	321
3.1.21	Limites da coisa julgada	321
3.1.22	Formalidades para a interposição da exceção de coisa julgada	324
3.1.23	Petição única contendo mais de uma exceção	324
3.2	Incompatibilidades e impedimentos	325
3.2.1	Consequência do impedimento	326
3.3	Conflito de competência	327
3.3.1	Conflito de atribuição	328
3.3.2	Falso conflito de atribuição	329
3.3.3	Conflito em decorrência de conexão e continência	330
3.3.4	Procedimento para o conflito de competência	330
3.3.5	Outras possibilidades de conflito de competência	332
3.3.6	Desaparecimento do conflito antes do julgamento pelo Tribunal	333
3.3.7	Suspensão do processo em caso de conflito	333

3.4	Restituição de coisas apreendidas	334
3.4.1	Procedimento da restituição de coisas apreendidas	336
3.4.2	Apreensão de coisa adquirida com os proventos da infração	337
3.4.3	Prazo máximo para requerer a restituição	338
3.5	Medidas assecuratórias	338
3.5.1	Seqüestro	339
3.5.1.1	Requisito fundamental para o seqüestro	340
3.5.1.2	Procedimento do seqüestro	340
3.5.1.3	Levantamento do seqüestro	343
3.5.2	Especialização de hipoteca legal	343
3.5.2.1	Procedimento para a especialização	344
3.5.3	Seqüestro de bens móveis para garantia de indenização e despesas	346
3.5.3.1	Procedimento do seqüestro dos bens móveis	347
3.5.4	Finalização da especialização e do seqüestro	347
3.6	Incidente de falsidade	348
3.6.1	Procedimento do incidente de falsidade	349
3.6.2	Sobre os termos <i>falsidade</i> e <i>documento</i>	350
3.6.3	Efeitos limitados da decisão do incidente	350
3.7	Incidente de insanidade mental	351
3.7.1	Procedimento do incidente de insanidade mental	352
3.7.2	Internação do indiciado ou acusado em estabelecimento apropriado	354
3.7.3	Suspensão do processo em caso de superveniência de doença mental	355
•	Ponto relevante para debate: a possibilidade de internação por prazo indeterminado antes da conclusão do processo	355
Síntese	356

Capítulo XIV

Provas

1.	Conceito e sentido de prova	363
2.	Meios de prova	364
2.1	Prova emprestada	365

3.	Finalidade e objeto da prova	365
4.	Ônus da prova	366
4.1	Momentos cabíveis para a produção de provas determinadas pelo juiz ...	368
5.	Sistemas de avaliação da prova	368
6.	Exame de corpo de delito e perícias em geral	370
6.1	Disposições gerais	370
6.2	Diferença entre corpo de delito e exame de corpo de delito	373
6.3	Confissão e corpo de delito	375
	• Exemplo histórico de formação da materialidade por confissão: o caso dos irmãos Naves	375
6.4	Formalização do laudo pericial	377
6.5	Autópsia (ou necropsia)	379
6.6	Exumação e inumação	381
6.7	Exame de corpo de delito em caso de lesões corporais	382
6.8	Exame de local	382
6.9	Exame laboratorial	383
	• Ponto relevante para debate: a inexigência da colaboração do réu para a realização dos exames de laboratório, fornecendo material	383
6.10	Perícia em furto qualificado e crimes afins	384
6.11	Laudo de avaliação	385
6.12	Exame de local de incêndio	386
6.13	Exame de reconhecimento de escritos (grafotécnico)	386
6.14	Exame dos instrumentos do crime	388
6.15	Quesitos na realização de perícia	389
6.16	Exame por precatória	389
6.17	Divergência entre peritos e vinculação do juiz à prova pericial	390
6.18	Indeferimento da produção de prova pericial	392
7.	Interrogatório	393
7.1	Conceito	393
7.2	Natureza jurídica do interrogatório	393
7.3	Obrigatoriedade do interrogatório	394
7.4	Interrogatório da pessoa jurídica	395

7.5	Presença do defensor	396
7.6	Interrogatório de réu preso	396
•	Ponto relevante para debate: o interrogatório por meio de videoconferência	397
7.7	Efetividade da ampla defesa e a interferência do defensor <i>antes</i> do interrogatório.....	401
7.8	Classificação do interrogatório	401
7.9	Direito do acusado ou indiciado ao silêncio	403
7.10	Procedimento do interrogante e do interrogado	404
7.11	Colaboração das partes no interrogatório	405
7.12	Interrogatório em separado	406
7.13	Formas especiais de interrogatório	407
7.14	Curador ao réu menor de 21 anos e outros incapazes	408
7.15	Formalização do interrogatório	408
7.16	Renovação do interrogatório	409
8.	Confissão	410
8.1	Conceito de confissão.....	410
8.2	Natureza jurídica e objeto da confissão	411
8.3	Espécies de confissão	411
8.4	Valor e fundamentos da confissão	411
8.5	Conceito de delação	415
•	Ponto relevante para debate: pros e contras da delação premiada	417
8.5.1	A delação premiada e suas fontes legais	418
8.6	Crerios de avaliação da confissão e confronto com outras provas	420
8.7	Silêncio como elemento para o convencimento do juiz	421
8.8	Divisibilidade da confissão	421
8.9	Retratibilidade da confissão	421
9.	Perguntas ao ofendido	422
9.1	Conceito de ofendido	422
9.2	Diversidade entre ofendido e testemunha	423

9.3	Obrigatoriedade da sua inquirição	423
9.4	Valor probatório da palavra da vítima	424
9.5	Reperguntas ao ofendido	425
9.6	Vítima não comete falso testemunho	426
9.7	Condução coercitiva e processo por desobediência	426
10.	Prova testemunhal	427
10.1	Conceito de testemunha	427
10.2	Natureza jurídica	427
10.3	Classificação das testemunhas	428
10.4	Informante ou declarante	429
10.5	Pessoa como testemunha	429
10.6	Depoimento do menor inimputável comparsa do réu	430
10.7	Co-réu como testemunha	431
10.8	Testemunho único	431
10.9	A importância do compromisso	431
10.10	Proteção à testemunha	433
10.11	Recusa da testemunha em fornecer dados qualificadores ou grau de parentesco ou afinidade	433
10.12	Recusa em depor	434
10.13	Formalidades da colheita do depoimento	435
10.14	Obrigação de depor e possibilidades legais de recusa	436
10.15	Proibição de depor	438
10.16	Impedimento legal para o compromisso	440
10.17	Produção de prova testemunhal pelo juiz e pelo Ministério Público ..	440
10.18	Colheita dos depoimentos em separado	442
10.19	Sistema presidencialista de inquirição	442
10.20	Apreciação pessoal da testemunha	443
10.21	Contradita	445
10.22	Redação do depoimento	446

10.23	Influência do acusado na colheita do depoimento	448
10.24	Regularidade da intimação da testemunha.....	449
10.25	Depoimento por carta precatória, de ordem ou rogatória.....	451
10.26	Obrigatoriedade de participação do intérprete	454
10.27	Ausência, enfermidade e velhice da testemunha	454
11.	Reconhecimento de pessoas e coisas	454
11.1	Conceito de reconhecimento	454
11.2	Natureza jurídica	455
11.3	Reconhecimento fotográfico	455
11.4	Formalidades para o reconhecimento	455
11.5	Valor do reconhecimento como meio de prova	458
11.6	Reconhecimento informal	459
11.7	Reconhecimento de coisa	459
11.8	Reconhecimento coletivo ou em grupo	459
12.	Acareação	460
12.1	Conceito de acareação	460
12.2	Natureza jurídica	460
12.3	Valor da acareação	460
12.4	Admissibilidade da acareação	460
12.5	Objeto da acareação	461
12.6	Requerimento das partes ou procedimento de ofício	461
12.7	Procedimento do magistrado na condução da acareação	462
12.8	Acareação à distância	462
13.	Prova documental	463
13.1	Conceito de documento	463
13.2	Regra para apresentação de documentos no processo	464
13.3	Documento nominativo ou anônimo	464
13.4	Fotografia do documento	465
13.5	Valoração e licitude do documento	466

13.6	Diligência de ofício	467
13.7	Documentos em língua estrangeira e a pública-forma	467
13.8	Finalização do processo e destino dos documentos	468
14.	Prova indiciária	469
14.1	Conceito de indício	469
14.2	Indução	470
14.3	Integração entre indução e dedução	472
14.4	Valor probatório dos indícios	472
14.5	Diferença entre indício e presunção	473
14.6	Contra-indícios	473
	• Ponto relevante para debate: a formação do corpo de delito por indícios	474
15.	Busca e apreensão	476
15.1	Conceito de busca e apreensão	476
15.2	Natureza jurídica	478
15.3	Momentos para a sua realização	478
	• Ponto relevante para debate: a busca e apreensão determinada por Comissão Parlamentar de Inquérito	478
15.4	Regras especiais de busca e apreensão	481
15.5	Fundamento e proteção constitucional da busca em domicílio	481
15.6	Fundamento e proteção constitucional da busca pessoal	482
15.7	Mandado judicial certo e determinado	484
	• Ponto relevante para debate: a licitude da abertura das cartas fechadas, encontradas no domicílio do acusado, verificando-se a utilidade do seu conteúdo para a formação da prova	486
15.8	Exigência do mandado judicial para a polícia	490
	• Ponto relevante para debate: a validade da prisão em flagrante, após a constatação de crime permanente, quando do ingresso abusivo em domicílio	491
15.9	Requisitos do mandado de busca e provocação para sua expedição	492
15.10	Dispensa do mandado de busca pessoal	492

15.11 Formalidades para a realização de busca domiciliar	493
• Ponto relevante para debate: o cumprimento do mandado de busca e apreensão pela Polícia Militar	494
• Ponto relevante para debate: a legitimidade da diligência de localização de outros objetos ilícitos, completamente fora do objetivo estipulado no mandado de busca, permitindo a descoberta de delito ignorado	497
15.12 Locais equiparados a domicílio	498
15.13 Busca em território alheio	498
Síntese	499

Capítulo XV

As partes no processo penal

1. Juiz	503
1.1 O juiz como sujeito da relação processual	503
1.2 Sujeitos e partes secundárias na relação processual e terceiros	503
1.3 Regularidade do processo e princípio do impulso oficial	504
1.4 Jurisdição como atributo fundamental da função do juiz e impedimentos	504
1.5 Suspeição do juiz	506
1.6 Cessação e manuten�o do impedimento ou suspeição	511
1.7 Cria�o proposital de animosidade por má-f�	511
2. Ministério Público	512
2.1 O Ministério Público como sujeito e parte na relação processual	512
2.2 Impedimento do representante do Ministério Público	514
3. Acusado	514
3.1 O acusado como parte na relação processual	514
3.2 Indisponibilidade do direito de defesa	515
3.3 Inviabilidade de se exigir a colaboração do réu na produção de prova	516
4. Defensor	516
4.1 Critérios para nomeação, situação no processo e autodefesa	516
4.2 Desligamento da causa, ausência momentânea e defesa <i>ad hoc</i>	521
4.3 Nomeação no termo e impedimento	521

5.	Curador	522
6.	Assistência	522
6.1	Assistente de acusação	522
6.2	Intervenção do ofendido	523
6.3	Intervenção de outras pessoas como assistente de acusação	524
6.4	Intervenção da Ordem dos Advogados do Brasil em processos criminais nos pólos ativo e passivo	525
6.5	Recebimento da causa no estado em que estiver	525
6.6	Co-réu como assistente	526
6.7	Atribuições do assistente	526
	• Ponto relevante para debate: sobre a possibilidade do assistente de acusação arrolar testemunhas	528
6.8	Oposição do Ministério Público à admissão do assistente	529
7.	Funcionários da Justiça	530
7.1	Denominação	530
7.2	Suspeição	530
8.	Peritos e intérpretes	531
8.1	Perito	531
8.2	Intérprete	531
8.3	Juiz atuando como perito ou intérprete	531
8.4	Disciplina judiciária do perito	531
8.5	Não intervenção das partes na nomeação do perito e sua atuação obrigatória	532
8.6	Impedimento dos peritos	533
8.7	Suspeição dos peritos	533
	Síntese	534

Capítulo XVI

Prisão e liberdade provisória

1.	Conceito de prisão	535
2.	Fundamento constitucional da prisão	535

3.	Espécies de prisão processual cautelar	535
4.	Controle da legalidade da prisão	536
5.	Conceito de liberdade provisória	536
6.	Fundamento constitucional da liberdade provisória	537
7.	Formalidades da prisão	537
	• Ponto relevante para debate: a inconstitucionalidade e ilegitimidade da prisão especial	542
8.	Análise das modalidades de prisão cautelar	545
8.1	Prisão temporária	545
	• Ponto relevante para debate: a prisão para averiguação	547
8.2	Prisão em flagrante	548
8.2.1	Flagrante facultativo e flagrante obrigatório	549
	• Ponto relevante para debate: a prisão em flagrante nos crimes de ação privada ou pública condicionada	550
8.2.2	Flagrante próprio ou perfeito	551
8.2.3	Flagrante impróprio ou imperfeito	551
8.2.4	Flagrante presumido	552
8.2.5	Flagrante preparado ou provocado	553
8.2.6	Flagrante forjado	554
8.2.7	Flagrante esperado	555
8.2.8	Flagrante diferido ou retardado	555
8.2.9	Flagrante nos crimes permanentes e habituais	555
8.2.10	Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante	556
	• Ponto relevante para debate: o relaxamento da prisão em flagrante promovido pela autoridade policial	558
	• Ponto relevante para debate: a apresentação espontânea do autor do delito à autoridade policial e a prisão em flagrante	559
8.2.11	Controle jurisdicional da prisão em flagrante	560
8.3	Prisão preventiva	561
8.3.1	Momento da decretação e período de duração	561
8.3.2	Requisitos para a decretação da prisão preventiva	563
8.3.3	Fundamentação da prisão preventiva	566

8.3.4	Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva	567
8.3.5	Modificações fáticas da situação determinante da prisão ou da soltura do réu	569
8.3.6	A apresentação espontânea do acusado	569
8.4	Prisão decorrente de pronúncia	570
8.5	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível	573
•	Ponto relevante para debate: a necessidade de se recolher ao cárcere para apelar e o princípio da presunção de inocência	573
8.6	Prisão administrativa	575
8.6.1	Situações que admitem prisão administrativa	576
9.	Liberdade provisória	577
9.1	Liberdade provisória com fiança	577
9.1.1	Hipóteses que vedam a concessão de fiança	579
9.1.2	Valor da fiança	584
9.1.3	Condições da fiança	586
9.1.4	Fiança definitiva	587
9.1.5	Consequências possíveis da fiança	590
10.	Liberdade provisória sem fiança	592
10.1	Inviabilidade de concessão da liberdade provisória e contradição do sistema	595
10.2	Definição jurídica do fato e liberdade provisória	596
	Síntese	597

Capítulo XVII

Citação e intimação

1.	Conceito de citação	599
2.	Formas de citação	599
2.1	Citação por mandado	599
2.1.1	Conteúdo do mandado de citação e demais formalidades	601
2.2	Citação do militar	602
2.3	Citação do funcionário público	603
2.4	Citação do réu preso	603

2.5	Citação por edital	604
2.5.1	Conteúdo do edital	606
3.	Suspensão do processo	606
	• Ponto relevante para debate: a ausência de revelia e seus efeitos no processo penal	609
4.	Conceito de intimação	611
5.	Procedimento para as intimações	611
	Síntese	612

Capítulo XVIII

Sentença

1.	Conceito de sentença	615
2.	Outros atos jurisdicionais	615
3.	Natureza jurídica da sentença	616
4.	Outras classificações	617
5.	Conteúdo da sentença	617
6.	Modificação da definição jurídica do fato	618
7.	Correlação entre acusação e sentença	619
	• Ponto relevante para debate: o princípio da ampla defesa e a alteração da definição jurídica do fato, promovida pelo juiz, na sentença	620
8.	Descoberta de elementar que provoque a alteração da definição jurídica do fato	622
9.	Independência do juiz para julgar	625
10.	Absolvição vinculada	627
11.	Elementos da sentença condenatória	628
12.	Publicação e intimação da sentença	629
13.	Efeitos da sentença condenatória	630
	Síntese	631

Capítulo XIX

Procedimentos

1.	Processo e procedimento	633
2.	Procedimento e devido processo legal	633

3.	Procedimento comum e procedimento especial	634
4.	Procedimento comum	635
5.	Procedimentos especiais	643
5.1	Aplicação da Lei 9.099/1995 aos procedimentos especiais	643
5.2	Modificações introduzidas pela Lei 10.259/2001	645
5.3	Adoção do procedimento previsto na Lei 9.099/1995 para os crimes contra idosos	648
5.4	Procedimento dos crimes falimentares	650
5.5	Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	656
5.6	Procedimento dos crimes contra a honra	658
5.7	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial	662
5.8	Procedimento sumário	667
5.9	Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos	669
	Síntese	673

Capítulo XX

Tribunal do Júri

1.	Origem histórica do Tribunal do Júri	687
2.	O Júri na Constituição Federal	689
3.	O Tribunal do Júri como órgão do Poder Judiciário	690
4.	Competência constitucional para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida	691
5.	A formação da culpa no procedimento do júri	692
6.	O procedimento especial do júri e a fase de avaliação da admissibilidade da acusação	693
7.	Pronúncia	694
7.1	Requisitos para a pronúncia	694
7.2	Conteúdo da decisão de pronúncia e sua influência sobre os jurados .	696
7.3	Os crimes conexos na pronúncia	699
7.4	Alteração da classificação do crime	699
7.5	Possibilidade de correção da pronúncia	700

8.	Impronúncia	701
9.	Desclassificação da infração penal	702
	• Ponto relevante para debate: a possibilidade de haver conflito negativo de competência após a desclassificação	703
10.	Absolvição sumária	705
	• Ponto relevante para debate: a absolvição sumária proferida por juiz togado e a competência constitucional do Tribunal do Júri para julgar os crimes dolosos contra a vida	705
11.	Intimação da pronúncia	707
12.	Libelo crime-acusatório	707
	12.1 Conceito	707
	• Ponto relevante para debate: a eventual eliminação do libelo através de reforma legislativa	708
	12.2 Correlação do libelo com a pronúncia	709
	12.3 Conteúdo do libelo	710
	• Ponto relevante para debate: a descrição minuciosa das circunstâncias qualificadoras no libelo	711
	12.4 Rejeição do libelo e oferecimento de outro	713
	12.5 Lançamento do libelo	714
13.	Fase de preparação do Plenário	715
	13.1 Justificação	715
	13.2 Desaforamento	716
	13.3 Supressão de nulidade	720
	13.4 Providências para o julgamento	720
14.	Organização e composição do Tribunal do Júri e função do jurado	722
	14.1 Organização do Júri	722
	• Ponto relevante para debate: a composição do Tribunal do Júri e a garantia de ocorrência de um julgamento imparcial do réu pelos próprios pares	724
	14.2 Composição do Júri	725
	14.3 Função do jurado	725

15. Julgamento em Plenário	728
15.1 Formalidades iniciais	728
• Ponto relevante para debate: a legitimidade do empréstimo de jurados de um Plenário para outro, formando-se o <i>quorum</i> mínimo para o início da sessão de julgamento	729
• Ponto relevante para debate: o uso de algemas pelo réu em Plenário	732
15.2 Formação do Conselho de Sentença	734
15.3 Interrogatório do réu	739
15.4 Relatório do processo e leitura de peças	740
15.5 Produção da prova testemunhal	741
15.6 Debates	742
• Ponto relevante para debate: os acordos feitos pelas partes antes de iniciar o julgamento em Plenário e a soberania do Tribunal do Júri	743
• Ponto relevante para debate: o direito ao aparte	745
• Ponto relevante para debate: a inovação da tese da defesa durante a tréplica	746
15.7 Procedimento para o julgamento	748
• Ponto relevante para debate: o julgamento realizado em sala secreta e o princípio constitucional da publicidade	750
15.8 Quesitos e questionário	752
15.8.1 Regras para a redação do questionário	754
• Ponto relevante para debate: sobre a ordem de votação dos quesitos pertinentes ao excesso	758
• Ponto relevante para debate: a viabilidade do quesito relativo à continuidade delitiva	759
• Ponto relevante para debate: a iniciativa de fazer inserir o quesito do falso testemunho ou da falsa perícia no questionário	763
15.9 Votação em sala secreta	764
15.10 Sentença do juiz presidente	767
• Ponto relevante para debate: a desclassificação imprópria e suas consequências na votação do questionário e no julgamento da causa	769
15.11 Ata do julgamento	772

15.12 Atribuições do Juiz Presidente do Tribunal do Júri	773
• Ponto relevante para debate: o controle da eficiência da acusação pelo juiz presidente, do mesmo modo que faz no tocante à defesa	774
Síntese	775

Capítulo XXI

Nulidades

1. Conceito	777
2. Atos inexistentes e irregulares	778
3. Princípios que regem as nulidades	778
3.1 Não há nulidade sem prejuízo	778
3.2 Não há nulidade provocada pela parte	779
3.3 Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária	780
3.4 Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa	780
3.5 A nulidade de ato processual relevante pode desencadear a dos conseqüentes	780
4. Desatendimento de normas constitucionais	781
5. Nulidade em inquérito policial	781
6. Divisão legal entre nulidades absolutas e relativas	782
7. Espécies de nulidade absoluta	783
7.1 Incompetência	783
7.1.1 Coisa julgada e incompetência	784
7.1.2 Anulação dos atos decisórios em caso de incompetência territorial	784
7.2 Suspeição e impedimento	785
7.3 Suborno do juiz	786
7.4 Ilegitimidade de parte	786
7.5 Ausência de denúncia ou queixa e representação	786
7.6 Ausência do exame de corpo de delito	787
7.7 Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador	787

7.8	Falta de citação, ampla defesa e contraditório	788
7.9	Falta da sentença de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia...	789
7.10	Ausência do réu e realização da sessão	790
7.11	<i>Quorum</i> para a instalação da sessão do júri	790
7.12	Sorteio do Conselho de Sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados	791
7.13	Inexistência dos quesitos e suas respostas	791
7.14	Ausência de acusação e defesa no julgamento pelo Tribunal do Júri ..	792
7.15	Ausência da sentença	792
7.16	Ausência de processamento ao recurso de ofício	792
7.17	Ausência de intimação para recurso	793
7.18	Falta do <i>quorum</i> legal para a decisão	793
7.19	Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas	793
8.	Espécies de nulidade relativa	794
8.1	Infringência à regra da prevenção	794
8.2	Falta de intervenção do Ministério Público.....	794
8.3	Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa	795
8.4	Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento do Júri, quando a lei não permitir que se faça com sua ausência.....	795
8.5	A não intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade ..	796
8.6	Ausência da forma legal dos atos processuais	796
9.	Momento para argüição das nulidades relativas	797
10.	Convalidação das nulidades	798
	Síntese	799

Capítulo XXII

Recursos

1.	Fundamento constitucional do recurso	803
2.	Conceito de recurso	804
3.	Natureza jurídica do recurso	805
4.	Características fundamentais dos recursos	805

5.	Efeitos dos recursos	806
6.	Recurso de ofício	807
7.	Particularidades gerais e aspectos formais dos recursos	808
7.1	Desvio da administração pública no processamento do recurso	808
7.2	Impossibilidade de desistência do recurso do Ministério Público	808
7.3	Múltipla legitimidade recursal	809
	• Ponto relevante para debate: a consequência da divergência entre o réu e seu defensor na apresentação de recurso	809
7.4	Interesse recursal	811
7.5	Pressupostos de admissibilidade dos recursos	812
7.6	Impedimentos ao processamento ou conhecimento dos recursos	815
7.7	Princípio da fungibilidade dos recursos	815
8.	Recurso em sentido estrito	816
8.1	Conceito	816
8.2	Cabimento	816
8.3	Processamento do recurso em sentido estrito	826
9.	Correição parcial	829
9.1	Conceito	829
9.2	Natureza jurídica da correição	829
	• Ponto relevante para debate: o respaldo constitucional da correição parcial e sua aplicação prática	830
9.3	Processamento	831
10.	Reclamação	832
10.1	Conceito de reclamação	832
10.2	Fundamento constitucional	833
10.3	Processamento da reclamação	833
11.	Agravo em execução criminal	834
11.1	Conceito de agravo em execução criminal	834
11.2	Rito do agravo	834

12. Apelação	836
12.1 Conceito de apelação	836
12.2 Hipóteses de cabimento da apelação	836
12.3 Legitimidade recursal do Ministério Público e de terceiros	842
12.4 Processamento da apelação	845
12.5 Trâmite no tribunal	849
• Ponto relevante para debate: a possibilidade de conciliar a vedação da <i>reformatio in pejus</i> e a soberania dos veredictos no Tribunal do Júri, quando houver nulidade do primeiro julgamento, reconhecida em apelação apresentada pelo réu	852
13. Agravo nos tribunais	854
13.1 Conceitos	854
13.2 Processamento	854
14. Protesto por novo júri	855
14.1 Conceito	855
14.2 Inconveniência da manutenção do recurso	855
14.3 Conseqüências do protesto por novo júri	856
14.4 Processamento do protesto por novo júri	856
15. Embargos de declaração	858
15.1 Conceito e extensão	858
15.2 Processamento dos embargos de declaração	859
16. Carta testemunhável	861
16.1 Conceito e natureza jurídica	861
16.2 Cabimento e processamento da carta testemunhável	862
17. Embargos infringentes e de nulidade	864
17.1 Conceito	864
17.2 Processamento	864
18. Recursos extraordinário e especial	865
18.1 Conceito de recurso extraordinário	865
18.2 Conceito de recurso especial	866

18.3	Distinção peculiar na aplicação do recurso especial e do extraordinário ...	866
18.4	Reexame de matéria de fato	867
18.5	Prazo e forma para a interposição dos recursos especial e extraordinário ...	867
18.6	Súmulas do STF e do STJ regulando a matéria	869
19.	Recurso ordinário constitucional	871
20.	Embargos de divergência	872
21.	Normas disciplinadoras da competência recursal	872
	Síntese	873

Capítulo XXIII

Ações de impugnação

1.	Introdução	877
2.	Revisão criminal	877
2.1	Conceito de revisão criminal e natureza jurídica	877
2.2	Pólos ativo e passivo na revisão criminal	878
2.3	Revisão criminal em confronto com outros princípios constitucionais ...	881
	• Ponto relevante para debate: a revisão criminal e a soberania dos veredictos no Tribunal do Júri	882
2.4	Hipóteses para o cabimento da revisão criminal	884
2.5	Ônus da prova, oportunidade e reiteração do pedido	887
2.6	Órgão competente para o julgamento da revisão criminal e processamento	889
	• Ponto relevante para debate: a possibilidade de libertação provisória do réu até o julgamento da revisão criminal	892
2.7	Indenização pelo erro judiciário	893
3.	<i>Habeas corpus</i>	895
3.1	Conceito de <i>habeas corpus</i>	895
3.2	Origem no Brasil	896
3.3	Ampliação do seu alcance	897
	• Ponto relevante para debate: o <i>habeas corpus</i> para anular o julgamento e a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri	897

3.4	Natureza jurídica	898
3.5	Espécies de <i>habeas corpus</i> e restrições à sua utilização	899
3.6	Direito líquido e certo e hipóteses de cabimento	900
3.7	Competência para conhecer do <i>habeas corpus</i>	902
3.7.1	Regras gerais	902
3.7.2	Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal ..	903
3.7.3	Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça	904
3.7.4	Competência constitucional do Tribunal Regional Federal ...	904
3.7.5	Competência constitucional do Tribunal do Estado	905
3.7.5.1	Promotor de justiça como autoridade coatora	905
3.8	Legitimidade ativa e passiva	905
•	Ponto relevante para debate: o particular como “autoridade” coatora no pólo passivo do <i>habeas corpus</i>	908
3.9	Formalidades e condições da impetração	909
3.10	Concorrência do <i>habeas corpus</i> com outra ação ou investigação	911
3.11	A medida liminar em <i>habeas corpus</i> e outras providências cautelares ..	912
3.12	Processamento do <i>habeas corpus</i>	914
•	Ponto relevante para debate: a restrição à produção de prova no <i>habeas corpus</i>	915
4.	Mandado de segurança	917
4.1	Conceito	917
4.2	Admissibilidade do mandado de segurança em matéria criminal	917
4.3	Alguns aspectos do processamento	919
4.3.1	Medida liminar	919
4.3.2	Sujeitos ativo e passivo	919
4.3.3	Petição inicial	920
4.3.4	Litisconsórcio necessário	920
4.3.5	Direito líquido e certo	920
4.3.6	Prazo para ajuizamento	920
4.3.7	Custas, despesas e honorários	921
4.3.8	Efeitos da sentença sobre a liminar	921
4.3.9	Participação do Ministério Público	921
4.3.10	Recursos cabíveis	921
Síntese		922

Capítulo XXIV

Reabilitação

1. Conceito de reabilitação	923
2. Procedimento	923
3. Recurso de ofício	924
4. Comunicação ao Instituto de Identificação	924
5. Revogação da reabilitação	925
Síntese	925

Capítulo XXV

Relações jurisdicionais com autoridades estrangeiras

1. Fundamento constitucional	927
2. Regras especiais	927
3. Homologação de sentença estrangeira para efeitos penais	929
3.1 Formalidades para a homologação	930
4. Carta rogatória	931
4.1 Conceito de carta rogatória	931
4.2 Outras diligências	932
4.3 Carta rogatória vinda do exterior	933
Síntese	934

Capítulo XXVI

Disposições gerais do processo penal

1. Audiências dos juízos (ou Varas) e sessões dos tribunais	935
2. Publicidade dos atos processuais em geral	935
3. Comportamento em audiências	937
4. Realização dos atos processuais	938
5. Conceito de prazo e contagem	938
• Ponto relevante para debate: o início da contagem quando a intimação for feita por mandado ou precatória	941

6. Retirada dos autos de cartório	942
7. Custas nos processos criminais	943
• Ponto relevante para debate: a sucumbência e sua regulação no processo penal quanto à verba honorária	943
8. Estatísticas criminais	945
Síntese	946

Capítulo XXVII

Execução penal

1. Conceito de execução penal	947
2. Natureza jurídica da execução penal	947
3. Autonomia do Direito de Execução Penal	948
4. Humanização da execução penal	949
5. Objetivos da pena e da medida de segurança	949
6. Garantias processuais mínimas	950
7. Aplicação da Lei de Execução Penal ao preso provisório	951
8. Jurisdição ordinária e jurisdição especial	951
9. Preservação de direitos não atingidos pela condenação	952
10. Direitos políticos	954
11. Cooperação da comunidade na execução das penas	954
12. Exame de classificação e individualização da pena	955
13. Composição da Comissão Técnica de Classificação	957
14. Deveres do condenado	958
15. Faltas do condenado	959
15.1 Regime Disciplinar Diferenciado	960
15.2 Apuração das faltas e imposição de sanções	962
• Ponto relevante para debate: a necessidade da defesa técnica ou da autodefesa para a apuração de falta grave	963
16. Órgãos da execução penal	964
17. Competência do juiz da execução criminal	967
18. Atuação do Ministério Público na execução criminal	969

19. Estabelecimentos penais	970
20. Início da execução penal e desenvolvimento	972
20.1 Execução provisória da pena	973
20.2 Regressão	974
20.2.1 Regressão cautelar	975
20.3 Regras do regime aberto	975
20.3.1 Prisão albergue domiciliar	976
21. Motivação das decisões do juiz	976
22. Contraditório e ampla defesa na execução penal	976
23. Saídas do condenado do estabelecimento penal	977
24. Remição	978
25. Livramento condicional	978
26. Penas restritivas de direitos	980
27. Suspensão condicional da pena	981
28. Pena de multa	982
29. Medidas de segurança	982
30. Incidentes de execução	984
30.1 Conversões	984
• Ponto relevante para debate: o limite para a medida de segurança após a conversão da pena	985
30.2 Excesso ou desvio de execução	986
30.3 Anistia e indulto	986
31. Caráter jurisdicional da execução criminal	987
32. Recurso na execução penal	988
Síntese	988
Bibliografia	991